

4. Os Palacetes Paulistanos e a Casa que virou CRE

O palacete foi a casa mais luxuosa de São Paulo no período que vai de finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Reproduziram-se no palacete conceitos encontrados nas casa francesa do mesmo período – de onde os jovens arquitetos que chegavam da Europa receberam a maior influência –, como a distribuição. A casa afastava-se da divisa do lote, sendo a circulação feita a partir do vestíbulo. Por outro lado, na nova casa da elite paulistana, persistiam certos elementos do sobrado e da chácara, tais como a sala de jantar mais ampla que os demais cômodos, em posição central e próxima à cozinha, o gabinete e um quarto independente para hóspedes na parte fronteira do térreo. Externamente, uma entrada de serviços e, em geral, forno, lenheiro e até poço ou mina d'água. Algumas edículas da casa francesa, como a casa do porteiro e as cocheiras, foram reproduzidas no palacete, no qual, contudo, as construções destinadas a acomodar os criados e o tipo de instalação para os tanques evocavam as antigas senzalas e os telheiros dos quintais paulistanos, onde se alojavam os escravos.

Seguindo essa linha, chegamos ao conceito de palacete para este período, desenvolvido em magnífico trabalho pela estudiosa Maria Cecília Naclério Homem: o palacete constituiu um tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo uma área de serviços e edículas nos fundos. Internamente, sua distribuição era feita a partir do vestíbulo ou de um *hall* com escada social, resultando na divisão da casa em três grandes zonas: estar, serviços e repouso¹. É claro que isto é um conceito geral, em muitos casos houve alternativas importantes.

A residência paulistana da elite do café passaria a ser a mais bem cuidada e de maior luxo, a fim de expressar o êxito econômico, o gosto, as preferências culturais do proprietário, transformando-se no cartão de visitas dos moradores. O palacete foi um espaço especialmente programado para as necessidades da burguesia. Foi a primeira casa de luxo que a cidade conheceu, quando se começou a buscar o isolamento e a privacidade, em finais do século XIX. Os seus recuos fronteiros e laterais estenderam-se às casas da classe média e mesmo a muitas casas em vilas operárias², mas foi principalmente nos palacetes que os jardins frontais e laterais, os gradis de ferro e os amplos portões tiveram a função de separar o espaço da privacidade e o domínio público, assegurando a intimidade no interior das casas³.

Pelo lado residencial, os palacetes tiveram o papel de difundir a nova civilização urbana, como foram os hotéis, as lojas de produtos importados, os restaurantes estrangeiros e até os bordéis de luxo. Socialmente, muitos palacetes representaram bem o espírito da *belle époque*, formando em volta de si pequenas cortes e salões onde se cultivaram o luxo, a moda, a etiqueta, as formas de cortesia e as atividades artísticas como o teatro e a música, abrindo caminho para as vanguardas artísticas. Nesse sentido realça-se o papel que o salão passou a ter nos projetos arquitetônicos, destinando-se à recepção das visitas e à sociedade mundana. Os salões

tornaram-se políticos e intelectuais⁴. Algumas *villas* contavam com salões especiais, de maiores dimensões, que se abriam nas ocasiões solenes como casamentos, batizados, bailes, formaturas e concertos⁵.

Tanto quanto para a casa, para a mulher também se iniciava uma nova era: a do consumo, do utilitário, da higiene, da publicidade e dos estudos. Ao diminuir o número das tarefas domésticas, a mulher de elite passou a dedicar mais tempo à moda, ao supérfluo e ao público. Ir às compras, as confeitarias, ao teatro e aos espetáculos de luxo, exibindo roupas elegantes constituíram os primeiros passos desacompanhados na rua. A cidade passou a contar com professores, mestres de músicas, de canto, de línguas estrangeiras. Tornou-se habitual a presença da governante preceptora das crianças, na casa abastada. As mulheres falavam francês e tocavam piano. Professores alemães e norte-americanos abriam escolas femininas com cursos como Economia Doméstica, Bordados, Arte Culinária, etc. As mulheres da elite iam ao Parque Antártica, às corridas no Hipódromo da Moóca e às óperas; iam ao Velódromo ou, em grupos, andavam de bicicletas. Frequentavam as confeitarias para tomar chá ouvindo música⁶.

Toda essa nova postura refletia-se internamente nas casas, onde os projetos arquitetônicos deram toda uma nova dimensão ao universo privado da vida. A modernização se realizava pelo interior das moradias. A nova habitação deveria superar a velha em tudo, mormente na salubridade e no conforto, apresentando compromissos com os novos princípios científicos ligados às questões de higiene das edificações, além dos necessários vínculos com a estética vigente na Europa civilizada. As casas deveriam dar guarida ao um modo de vida novo, cheio de maneiras mais descontraídas e até galantes, próprias de um convívio social inspirado na polidez e na etiqueta da civilidade dos grandes centros europeus. As revistas ilustradas plenas de novidades ligadas à vida cotidiana e aos recentes critérios de gerenciamento dos novos lares, onde a superposição de atividades domésticas num mesmo espaço arquitetônico deveria ser firmemente evitada, influíram decisivamente na adoção da maneira chique de se morar. Era o "morar à francesa"⁷.

A nova organização interna das casas nascida dos projetos arquitetônicos, tanto quanto a ordenação das atividades domésticas, deveria se dar em volta de três grupos: o relativo ao estar, ou lazer, o referente ao repouso, ao sono, ao banho e o concernente às atuações de serviço. A vida doméstica deveria ser compartimentada em "zonas distintas", separadas uma das outras de tal maneira que houvesse interdependência entre elas. Ia-se de uma a outra sem a necessidade de se atravessar a terceira. Era o abandono dos velhos costumes que toleravam cômodos ou zonas de passagem obrigatória. Deu-se fim as grandes varandas de distribuição. A perfeita interdependência das zonas da habitação era conseguida através da introdução, na planta, do vestíbulo distribuidor dos passos. Esse novo espaço da moradia era uma área "neutra", mera passagem que, no entanto, podia acumular a velha função de faixa de transição entre o público e o privado, pois quase todos os palacetes possuíam um quarto de hóspedes ao lado de uma instalação sanitária. Este "vestíbulo" acabou se popularizando definitivamente nas

casas da classe média e dos ricos e, já no decorrer avançado do século XX, por influência do cinema norte-americano, passou a chamar-se *hall*⁸.

Neste sentido, fica claro o que distingue bem os palacetes, era que neles não havia superposição de funções, e sim uma intensa especialização. Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correto⁹. Destinou-se um cômodo para cada função ou atividade, o que resultou em espaços específicos. O estar, por exemplo, desmembrou-se em salão de recepções, sala de visitas, sala de música, sala de estar, sala da senhora, sala de jogo, bilhar, *fumoir*, sala de estudos, biblioteca, gabinete, *hall*, jardim de inverno, etc. Entre a cozinha e a sala de jantar, surgiram a copa, a sala de almoço e a sala de refeições das crianças. A casa ganhou porão e, nos fundos, manteve pomar, forno, horta e edículas, como cocheiras ou garagens, quartos de empregados, casa do porteiro, lavanderia, etc¹⁰.

O trabalho masculino afastou-se da casa para o escritório e a fábrica, mas o gabinete, local exclusivo do homem, permaneceu na parte fronteira, com entrada independente. O gabinete é uma peça para receber amigos, clientes, fornecedores e mesmo desconhecidos. Camuflou-se o trabalho manual, e as atividades passaram a ocorrer em compartimentos estanques: os serviços, na cozinha, nos porões e nos fundos da casa; o estar no térreo e nos jardins; o repouso, nos quartos de dormir, em geral situados no primeiro andar. O palacete sobressaía, ainda, pelo equipamento, pela decoração, pelo número de criados e pela apresentação deles – vivia-se com grande requinte, procurando imitar o modo de vida dos abastados das metrópoles européias¹¹.

Criou-se quase um “delírio ornamental”, expresso nos objetos ou aparelhos de utilidade indispensável¹². As famílias que não assimilaram na íntegra o processo civilizador foram consideradas “acaipiradas” pelas demais. O estar formal recebia um tratamento especial e a sociabilidade era tanto mais intensa quanto mais europeizada fosse a família. A sala de visitas e a sala de jantar eram os cômodos mais amplos que compunham a parte mais ricamente decorada da casa. O salão de visitas destinava-se a recepção das visitas e a sociedade mundana. A sala de jantar para as refeições da família e convidados¹³. Pisos em mosaicos, cobertos de tapetes e paredes pintadas a ouro recebiam uma profusão de cortinas trabalhadas com fios desse metal, acompanhadas de quadros e tapeçarias. Na primeira, os móveis dourados franceses, nos estilos dos Luíses de França, estofados com tecidos preciosos, substituíram as cadeiras “Thonet” do antigo sobrado. Lustres e espelhos de cristal Baccarat, porcelanas e estatuetas completavam o cenário, onde não podia faltar o piano, coberto com um xale de seda, secundado por uma vitrine expondo coleções de leques, de miniaturas ou de medalhas e troféus amealhados pelo dono da casa. A ornamentação à base de plantas tropicais, em especial com pequenas palmeiras que foram levadas à Europa pelos colonizadores, chegara aos nossos salões e aos grandes *halls*. Os quadros eram sempre acadêmicos, pintados pelos artistas nacionais ou trazidos do exterior. Naturezas-mortas, paisagens, cenas de caça e de batalhas alternavam-se com fotografias e retratos a óleo de antepassados ou dos membros da nossa família imperial¹⁴.

A biblioteca, por sua vez, deveria ser acima de tudo uma sala de trabalho comum para a família. Ela deveria possuir o maior número possível de paredes claras e ter espaço para uma grande mesa de trabalho. As peças para estudos, salão de jogos, etc., em geral eram quartos ou pequenos salões. A sala de bilhar destacava-se como devendo ser posicionada em uma extremidade, de maneira que lhe fosse assegurada grande independência. O tamanho, possibilitando a livre circulação ao redor da mesa de bilhar, a iluminação difusa, sem a presença de diferenças marcantes entre áreas de sombra e luz, eram aspectos que deveriam ser bem observados pelos arquitetos em seus projetos desta importante peça de sociabilidade masculina das residências oitocentistas¹⁵.

Os quartos, situados no primeiro andar, formavam o conjunto dos "apartamentos" da família. Era preciso que esses cômodos fossem agrupados, comunicando-se facilmente, e que seguissem um princípio necessário, a separação e independência recíproca da parte pública e da parte íntima da habitação. Era importante que fossem arejados e iluminados até o meio-dia, através de, se possível, duas janelas. Os quartos compreendiam também espaços para *toilettes*, banho e guarda-roupa¹⁶.

Mas a maior "revolução" na casa aconteceu quando a maioria dessas passou a ser regularmente abastecida de água, possibilitando a vulgarização da água corrente nas residências. Ela chegou primeiro ao andar de baixo, depois aos superiores e, finalmente, a cada apartamento. A industrialização dos canos galvanizados e do material impermeável, a fabricação da torneira, bem como a invenção do sifão e da privada sifonada, permitiram que a água corrente passasse da pia da cozinha ao lavabo e ao w.c. e, daí, ao banheiro. Ao mesmo tempo, eliminava-se o mau cheiro e canalizavam-se as águas servidas. O banho pôde passar de nômade a estável, e as peças apropriadas, de portáteis a fixas. As residências de luxo destinaram-lhe um cômodo exclusivo. Desse modo, a cozinha e o banheiro transformaram-se nos dois focos da mecanização da casa, onde se concentrariam outras invenções que concorreram para aliviar o trabalho doméstico¹⁷. Por esse tempo chegaram os fogões de ferro, chamados de econômicos porque aliavam o máximo de calor ao gasto mínimo de combustível, em que eram empregados tanto o coque comprado no gasômetro dos ingleses como o carvão vegetal produzido nos matos de Itapeverica por encomenda dos imigrantes italianos. Vieram as geladeiras para a conservação dos alimentos, já que se fabricava o gelo na cidade, que era fornecido às moradias em barras todas as manhãs. Vieram as luminárias a gás, inclusive nas casas não abastecidas pela companhia, pois se fabricava também em domicílio o gás acetileno. Chegaram as porcelanas inglesas, com finas decorações esmaltadas acompanhadas de ladrilhos igualmente ornamentados com o que havia de mais belo no repertório *art nouveau*¹⁸.

A reformulação do modo de vida e do espaço de morar se deram concomitantemente. O porão, a princípio recurso obrigatório contra a umidade, tornou-se habitável e passou a receber tudo o que fugia aos programas originais. Nele, se acumularam malas, baús, louças e móveis, quartos dos criados, salas de estudos das crianças, local dos folguedos infantis, adegas, etc. Visto que dispunha de comunicação direta com a rua,

os jovens mantiveram aí os seus dormitórios, ateliês e bibliotecas, o que fez dele ponto de encontro da juventude. Por ele e por algumas cocheiras passaram os vanguardistas, malvistas pelos burgueses que moravam no andar superior, mesmo após a sua oficialização, representada pela Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal¹⁹.

As famílias burguesas, esta elite de fazendeiros urbanizada com a República, criaram em torno de seus palacetes todo um novo modo de vida. Inauguraram verdadeiros rituais sociais em volta de seus palacetes, entrelaçando grupos de famílias aparentadas entre si por casamentos ou unidas por sociedades de negócios pelos seus patriarcas. Se valorizavam o novo e o moderno, por outro lado desejavam apresentar-se e aparentar-se como os aristocratas europeus, franceses, ingleses e alemães. Por estudos genealógicos e pelo modo de ocupação do solo urbano, Maria Cecília Naclério Homem concluí que houveram dois grupos mais notáveis de famílias.

Um grupo seria "liderado" pela família Silva Prado, tendo preferências culturais mais ligadas a França, país onde também mantinham relações sociais. Sua extensa parentela compreendia as famílias Jordão, Pacheco Chaves, Alves de Lima, Pinto Alves, Monteiro de Barros, Álvares Pentead, Silva Ramos, Mendonça, Uchoa, Lacerda Franco, Lacerda Soares, etc. Distribuíram entre a Chácara do Carvalho na Barra Funda, e o Palacete Chaves, nos Campos Elíseos, sobressaindo-se a figura do Conselheiro Antonio Prado, importante político do Império e da República, embora parte da família tenha permanecido junto à matriarca D. Veridiana Prado da Silva Prado, com seu famoso palacete, ainda bem conservado, situado na confluência das atuais rua Dona Veridiana e avenida Higienópolis.

No outro grupo destacou-se a família dos Souza Queiróz, ligados culturalmente a Alemanha e integrado pelas famílias Vergueiro, Souza Aranha, Paes de Barros, Aguiar de Barros, Brotero, Pompeu de Camargo, Albuquerque Lins, Novaes, etc. Concentravam-se, de preferência, na rua São Luís, mas houve palacetes pertencentes a essas famílias nos Campos Elíseos, no Largo do Arouche, em Santa Cecília e nas avenidas Angélica e Brigadeiro Luís Antônio. Evidentemente, houve outras famílias importantes tais como os Silva Telles, Queiroz Telles, Cerqueira César, Rodrigues Alves, Moraes, Ribeiro de Barros, etc, mas estes dois grupos de famílias foram os mais coesos e se destacaram no conjunto²⁰.

É justamente no nome de uma das famílias do primeiro grupo que iremos nos deter. Foi a família Novaes, proprietária da casa que agora vira CRE Mário Covas. Segundo Certidão de Origem expedida pelo 2^o Cartório de Registro de Imóveis da capital esta casa pertenceu a Francisco Novaes e a sua mulher Antonia de Souza Queiróz Novaes até março de 1924, quando foi comprada por Francisco Martins Bonilha. Não foi possível, até o momento, obter a data precisa em que o imóvel foi construído, situando-se tal construção provavelmente entre os últimos anos da década final do século XIX e a primeira década do século XX. Este imóvel esteve de agosto de 1865 até dezembro de 1912 sob na área do 1^o Cartório de Registro de Imóveis da capital, aguardamos o retorno de solicitações já feitas a este sobre a origem da casa.

Este imóvel hoje situado no número 1.260 da avenida Rio Branco, já foi número 342 da então Barão do Rio Branco, número 52 e também 48; o registro mais antigo que observamos na documentação de ruas do Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo consta como alameda dos Bambus, n.48.

Na citada Certidão de Origem, a casa é descrita da seguinte forma: prédio assobradado construído para dentro do alinhamento isolado, com gradil e dois portões de ferro, sendo um para entrada de automóvel com 5 janelas de frente e entrada com escadaria de mármore ao lado, com grande terraço ladrilhado e uma entrada ao lado do terraço ladrilhado, e uma entrada ao lado do terraço em baixo, com alpendre. A casa foi edificada no centro de seu terreno, com jardim de frente e aos lados, medindo o terreno 30 metros de frente por 54 metros de um lado e 51 metros de outro, terminando nos fundos com a largura de 11 metros.

O livro de imóveis tombados ou em processo de tombamento da cidade de São Paulo, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), na sua página 224, descreve o imóvel, que se encontra atualmente em processo de tombamento pelo Condephat, desta maneira: excelente exemplar de residência do final do século XIX, pertencente à nova corrente baseada na técnica construtiva ligada à alvenaria de tijolos, onde, ao contrário da taipa, há evidente predomínio dos vazios sobre os cheios, fato que dá maior leveza à fachada eclética.

O Memorial de Restauro das fachadas deste imóvel, realizado pela firma Arquiteto Paulo Bastos e Associados S/C Ltda e o Relatório Resumido de Prospecções, feito por Júlio Moraes Conservação e Restauração SCL em Junho de 2000, nos fornece alguns dados sobre a casa e seu estado de conservação até recentemente. Segundo estes, o edifício, erigido para residência unifamiliar, sofreu ao longo do tempo diversas alterações físicas internas em função das modificações de uso.

Externamente, na extremidade do corpo principal original, foi agregado um novo volume, em época recente, que, preenchendo espaço existente, completou a forma predominantemente retangular da projeção do prédio. No recuo entre ele e a divisa lateral ergueu-se, também, um corpo de escada coberta. Possivelmente na mesma época, foi construída nova edícula ao longo da divisa dos fundos, ao lado da edícula original, ligada por passarela ao corpo principal do conjunto, interrompendo parcialmente a envasadura de antiga janela. Anexas à edícula original, também foram construídas, no recuo entre ela e a divisa lateral, outras obras.

As fachadas sofreram suas maiores intervenções com a substituição dos caixilhos do térreo e parte do superior, por quadros compostos de pequenos basculantes de ferro, de desenho incompatível com as janelas originais de folhas de madeira e vidro gravado, ainda remanescentes no pavimento superior, ou os vitrais também existentes neste pavimento. A edícula original mantém preservadas suas janelas altas, tendo havido intervenção no térreo, abrindo-se todo o vão com a introdução de viga corrida de aço.

Houve também uma reforma no telhado, com a introdução de cinta de concreto armado ao longo do topo das paredes do perímetro da casa. O toldo metálico que cobria o início da escada lateral também foi

semidestruído, restando ainda partes na fachada e pedaços de cobertura depositados junto à divisa lateral.

A planta do pavimento superior também foi amplamente modificada, em pelo menos duas intervenções de grande porte. A primeira delas foi ainda com o teto original ou pelo menos na altura original, e a segunda, certamente, certamente a mais radical, datando da mesma ocasião em que se reformou o telhado e rebaixou o teto. As paredes acrescentadas em cada uma destas ocasiões possuem a altura adequada ao teto respectivo, caracterizando bem a sua datação. As alterações de planta se estenderam à construção de paredes novas, às vezes significando na prática um deslocamento de parede anteriormente existente. De forma geral, a modificação da planta criou um corredor central e obstruiu portas entre os quartos, modificando o sistema de circulação da casa.

As cores originais das fachadas eram duas, sendo uma mais escura da parede de fundo e uma mais clara nos ornamentos de volume, formando um contraste bastante tradicional para a época; por aproximação chegou-se a cor ocre, que foi usada na pintura da casa para o CRE.

Dos 16 cômodos da casa, 8 possuíam pintura ornamental de algum tipo, 2 possuíam papel de parede, 2 possuíam pintura simples e em outros 4 nada se encontrou que comprovasse ou eliminasse qualquer possibilidade. Apesar de as pinturas decorativas serem de excelente qualidade, seu estado de conservação era péssimo.

Havia indícios de que toda a área nobre original da casa tivesse tetos de estuque. Pelos menos duas salas originalmente possuíam molduras de gesso ao redor de janelas e portas, sendo possível que outras também as possuíssem, todavia faltam evidências; por outro lado havia indícios de que parte ou eventualmente todos os elementos de gesso não fossem originais²¹.

Por informações recebidas do Departamento do Patrimônio do Estado de São Paulo, este imóvel foi comprado pela Fazenda do Estado de São Paulo da viúva de Francisco Bonilha, Maria Ilydia Alves Bonilha, em 2 de junho de 1941. Depois de comprada lá funcionou a Secretaria do Bem Estar Social do Governo do Estado de São Paulo. Em 1968 passou para a Secretaria da Educação, permanecendo sob o âmbito desta Secretaria até os dias de hoje.

De 1968 em diante abrigou, na seqüência, o Conselho Estadual de Educação, uma Delegacia Regional de Ensino (DRECAP 2) e uma creche.

*

*

*

O palacete do Eclétismo constituiu manifestação do processo civilizador, sendo o espaço independente do estilo de arquitetura. Esse tipo de residência definiu-se com a República e com a instituição da higiene pública. Foi construído numa cidade que se "civilizava", servida por redes de água e esgoto, transporte coletivo, iluminação a gás e elétrica, situada nas terras mais altas, a salvo das enchentes, etc. Nasceu nos caminhos da Estação da Luz para multiplicar-se no âmbito de um trajeto que ia do centro e do Vale do Anhangabaú, atravessava o Viaduto do Chá rumo a oeste, em busca das novas avenidas arborizadas²². Surgiram nos *boulevards*, largos, longos e arborizados, dispendo de passeios e pistas para cavaleiros e para

os transportes coletivos. Preparados para receber as camadas urbanas mais abastadas, aqueles novos loteamentos eram servidos por bondes a tração animal e contavam com rede de água, esgotos e luz. Assim nasceram Higienópolis e a avenida Paulista, bairros mais ricos e homogêneos. Em bairros como os Campos Elíseos, a Liberdade e Santa Cecília, entre outros, a oferta de terrenos amplos e a possibilidade de se construir *villas* ou palacetes com jardins fronteiros não excluía os lotes pequenos, estreitos e alongados.

Nos Campos Elíseos, a grande diversidade quanto às dimensões fronteiras dos seus lotes, que variavam de 115 metros até 4,40 metros, dá uma idéia da heterogeneidade da ocupação, embora as grandes mansões o tenham caracterizado como bairro da “aristocracia” do café²³.

Os projetos dos palacetes revelaram o ideário da nova burguesia do café, atendida por uma arquitetura que propunha a individualização da casa e a conciliação dos estilos, espelhando o êxito sócio-econômico do proprietário. Foram consagrados a casa em meio a jardins, a distribuição a partir do *hall* e um espaço para cada função a fim de se evitar a superposição. Observaram-se a ordem, uma decoração profusa, baseada no excesso de móveis, tecidos e objetos, e toda uma criadagem que vivia em espaços separados em relação aos dos patrões ou nas edículas, cujo acesso era feito pelo portão dos fundos²⁴.

O palacete foi a forma encontrada pela nova elite do país para distanciar-se e diferenciar-se definitivamente da velha sociedade imperial, montada em um sistema social baseado na mão-de-obra escrava. O patrimônio cultural de uma província imperial interiorana, isolada, e de uma cidade de taipa, baseado no aproveitamento dos recursos do meio ambiente, foi literalmente posto abaixo, superado pelos palacetes que ostentavam orgulhosos as datas de sua construção ou ainda mais, as iniciais dos seus proprietários, os paulistas ricos da República.

Notas

¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pgs. 13 e 14

² HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 18

³ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 176

⁴ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 58

⁵ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 249

⁶ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 59

⁷ LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, op. cit. pgs. 252 e 253

⁸ LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, op. cit. pgs. 254 e 255

⁹ MARINS, Paulo César Garcez, op. cit. pg. 177

¹⁰ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 125

¹¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 129

¹² LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, op. cit. pg. 251

¹³ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus*, op. cit., pg. 170

¹⁴ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pgs. 248 e 249

¹⁵ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus*, op. cit., pg. 171

¹⁶ CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Bem morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus*, op. cit., pg. 169

¹⁷ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 29

¹⁸ LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, op. cit. pg. 252

¹⁹ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 250

²⁰ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 250

²¹ ARQUITETO PAULO BASTOS E ASSOCIADOS S/C LTDA. *Memorial de Restauo das fachadas do edifício à avenida Rio Branco n. 1.260. s.e.* São Paulo, 2000.

²² HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 247

²³ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 123

²⁴ HOMEM, Maria Cecília Naclério, op. cit., pg. 247